

Patrimônio Separado da 6ª Emissão
Séries 1 e 2 – ISIN Nº BRRCKSCRI098 e BRRCKSCRI080

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em
31 de março de 2025

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Administradora e aos Investidores do

Patrimônio Separado da 6ª Emissão- Séries 1 e 2 – ISIN Nº BRRCKSCRI098 e BRRCKSCRI080

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado da **6ª Emissão- Séries 1 e 2 – ISIN Nº BRRCKSCRI098 e BRRCKSCRI080** (“Patrimônio Separado”), administrado pela **Rock Securitizadora S.A.** (“Securitizadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de março de 2025 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei 14.430/22, e as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/21, e alterações posteriores, para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial, conforme notas explicativas nº 1 e 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que descreve que a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei 14.430/2022 e Resolução CVM nº 60/2021, e alterações posteriores, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente, que em seu relatório expressou opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| 1. Lastro dos direitos creditórios (notas explicativas números 1 e 5) | |
|---|---|
| Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA. | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria. |
| Devido à relevância do saldo em direitos creditórios, detidos pelo Patrimônio Separado e, pelo fato de não existir uma câmara de liquidação ou um mercado organizado de direitos creditórios no país, por meio do qual seja possível efetuar o controle da custódia de acordo com as negociações efetuadas, consideramos a verificação da existência dos lastros dos direitos creditórios como um assunto significativo para a nossa auditoria. | Os nossos exames de auditoria incluíram, mas não se limitaram: <ul style="list-style-type: none">Validação da existência, em uma base amostral, dos documentos que comprovam os lastros desses direitos creditórios.Avaliações das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Patrimônio Separado na preparação de suas demonstrações financeiras, foram adequados para atendimento da lei 14.430/22 e Resolução CVM nº 60/21, no contexto das referidas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado tomadas em conjunto. |

Responsabilidades da administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras

A administração da Securitizadora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, regidos pela Lei 14.430/22 e que também consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/21, e alterações posteriores, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração da Securitizadora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Lei 14.430/22, pela avaliação da capacidade do Patrimônio Separado continuar operando conforme o Termo de Securitização dos Créditos (TS), divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de junho de 2025.

blb¹ auditores
e consultores

BLB Brasil Auditores Independentes SP

CRC 2SP040948/O-9



Remerson Galindo de Souza

CRC 1SP218219/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL**PATRIMÔNIO SEPARADO DA 6ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª e 2ª – CRI - ISIN NºBRRCKSCRI098 - BRRCKSCRI080**

(Administrado pela Rock Securitizadora S.A.)

EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

| | <u>Nota</u> | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> | | <u>Nota</u> | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|---|--------------------|-------------------|-------------------|---|--------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>Explicativa</u> | | | | <u>Explicativa</u> | | |
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Circulante | | 14.433 | 4.447 | Circulante | | - | 2.932 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.893 | 1.515 | Captação de recursos | 6 | - | 2.932 |
| | | | | Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário | | - | 2.932 |
| Operações de crédito | 5 | 11.540 | 2.932 | Outras obrigações | 7 | 2.892 | 1.515 |
| Recebíveis imobiliários com regime fiduciário | | 11.540 | 2.932 | Credores diversos | | 757 | 1.507 |
| | | | | Fiscais e previdenciárias | | - | 3 |
| | | | | Valores retidos com regime fiduciário | | 2.134 | |
| | | | | Provisão para pagamentos a efetuar | | 1 | 5 |
| Não Circulante | | | | Não Circulante | | 12.211 | 5.967 |
| Realizável a longo prazo | | 671 | 5.967 | | | | |
| Operações de crédito | 5 | 671 | 5.967 | Captação de recursos | 6 | 12.211 | 5.967 |
| Recebíveis imobiliários com regime fiduciário | | 671 | 5.967 | Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário | | 12.211 | 5.967 |
| Total do Ativo | | 15.104 | 10.414 | TOTAL DO PASSIVO | | 15.103 | 10.414 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**PATRIMÔNIO SEPARADO DA 6ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª e 2ª – CRI - ISIN NºBRRCKSCRI098 - BRRCKSCRI080**

(Administrado pela Rock Securitizadora S.A.)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

| | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Receitas da intermediação financeira | | |
| Juros e atualização sobre Direitos creditórios | 977 | 1.981 |
| Total das receitas da intermediação financeira | 977 | 1.981 |
| Despesas da intermediação financeira | | |
| Juros e atualização de CRI | (977) | (1.981) |
| Total das despesas da intermediação financeira | (977) | (1.981) |
| Resultado Bruto da intermediação financeira | - | - |
| Receitas/(despesas) operacionais | | |
| Outras despesas administrativas | (517) | (155) |
| Resultado financeiro | | |
| Receitas financeiras | 219 | 234 |
| Despesas financeiras | (219) | (74) |
| Total de outras receitas (despesas) operacionais | (517) | 5 |
| Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário e sem coobrigação | 517 | (5) |
| Resultado líquido do período | - | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PATRIMÔNIO SEPARADO DA 6ª EMISSÃO DAS SÉRIES 1ª e 2ª – CRI - ISIN NºBRRCKSCRI098 - BRRCKSCRI080
(Administrado pela Rock Securitizadora S.A.)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

| | <u>31/03/2025</u> | <u>31/03/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa líquido - método direto | | |
| Entradas de caixa | | |
| (+) Emissão do CRI | 7.700 | |
| (+) Recebimento de direitos creditórios | 5.365 | 4.456 |
| (+) Rendimento com aplicações financeiras | 163 | 191 |
| (+) Outras entradas | 8.144 | 8.599 |
| Total das entradas de caixa | <u>21.372</u> | <u>4.647</u> |
| Saídas de caixa | | |
| (-) Pagamentos efetuados à classe sênior | (4.990) | (4.456) |
| Amortização do principal | (4.245) | (3.508) |
| Juros | (745) | (948) |
| (-) Pagamentos efetuados à classe júnior | (375) | - |
| Amortização do principal | (305) | - |
| Juros | (70) | - |
| (-) Pagamento de despesas | (517) | (152) |
| (-) Devolução de excedente de arrecadação | - | (8.356) |
| (-) Aquisição de novos direitos creditórios | (6.091) | - |
| (-) Pagamento de despesas flat | (40) | |
| (-) Liberação de recursos do fundo de obras | (7.978) | |
| (-) Outros pagamentos | (3) | |
| Total das saídas de caixa | <u>(19.994)</u> | <u>(12.964)</u> |
| Variação líquida no caixa do patrimônio separado | <u>1.378</u> | <u>(8.317)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | | |
| Saldo inicial do período | 1.515 | 1.233 |
| Saldo final do período | 2.893 | 1.515 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u>1.378</u> | <u>282</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

ROCK SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a CVM, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Tobias da Silva, nº 120, sala 307, 3º andar Moinhos de Vento, CEP 90570-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.319.586/0001-92, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Securitizadora”).

A Companhia teve sua constituição em 09 de junho de 2023, e sua duração é por prazo indeterminado.

A Companhia tem por objeto social, (i) a aquisição de quaisquer direitos creditórios para fins de securitização, incluindo, mas não se limitando a, direitos creditórios imobiliários e direitos creditórios do agronegócio; (ii) a gestão e administração de carteiras de direitos creditórios, próprias ou de terceiros; (iii) a emissão e colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios, nos termos da Lei nº 14.430, de 30 de agosto de 2022, conforme alterada, incluindo, mas não se limitando a, certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio; (iv) a distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão, observada a legislação e a regulamentação em vigor; (v) a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias e/ou de terceiros; e (vi) a realização de negócios e a prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios.

A operação anteriormente emitida e representada pela Canal Companhia de Securitização foi transferida para a Rock Securitizadora S.A. em 31 de janeiro de 2025 conforme 2º aditamento do termo de securitização.

Em complemento, registramos a seguir outras informações relacionadas ao Patrimônio Separado citado:

- (a) Datas de início e término da emissão: 08/11/2022 a 22/10/2026 e 31/01/2025 a 22/02/2028.
- (b) Códigos do Ativo: 1ª Série (Sênior) - BRRCKSCRI098 e 2ª Série (Subordinada) - BRRCKSCRI080
- (c) Sumário das operações efetuadas: Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de Contrato de Compra e Venda, conforme descrito na nota explicativa nº 5.
- (d) Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios: a operação não tem previsão de aquisição de novos direitos creditórios durante o seu curso.
- (e) Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos: a emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da Emissão.
- (f) Garantias envolvidas na estrutura da securitização e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o exercício: Alienação fiduciária de imóvel, promessa de cessão fiduciária de recebíveis, fiança, fundo de reserva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

A demonstração financeira do Patrimônio Separado da Série 1 da 2ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários foi elaborada e está sendo apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme os requerimentos da Resolução CVM Nº 60, de 23 de dezembro de 2021.

A Administração do Patrimônio Separado declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. O Patrimônio Separado elabora suas demonstrações financeiras, exceto as demonstrações de fluxo de caixa utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações anuais são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Emissora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

3. Principais práticas contábeis aplicáveis aos patrimônios separados

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras vinculadas a patrimônios separados.

a) Moeda estrangeira

No atual contexto operacional, o Patrimônio Separado não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos aos quais se referem.

c) Instrumentos financeiros

c.1) *Ativos financeiros não derivativos*

São representados por direitos creditórios classificados na categoria de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os direitos creditórios são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A operação conta, além dos recebíveis designados como lastro principal da emissão, com recebíveis adicionais que atuam como garantia complementar, assegurando a suficiência do fluxo de caixa para os pagamentos devidos aos investidores da emissão. Os valores excedentes apurados na arrecadação desses recebíveis adicionais são monitorados pela emissora e, conforme previsto nos documentos da operação, repassados ao cedente original.

A Emissora baixa um ativo financeiro relacionado ao Patrimônio Separado, se for o caso, quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

c.2) *Passivos financeiros não derivativos*

São representados substancialmente por obrigações por emissão de CRI/CRA, reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Emissora identifica que o Patrimônio Separado se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

O Patrimônio Separado reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Patrimônio Separado considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Patrimônio Separado, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward looking*).

O Patrimônio Separado considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Patrimônio Separado de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Patrimônio Separado espera receber).

Em decorrência da relação estabelecida entre a Emissora e o Patrimônio Separado objeto de divulgação, se concluído como necessário o registro de uma provisão para suportar eventuais perdas, os seus respectivos impactos serão igualmente registrados contabilmente no passivo do Patrimônio Separado. Considerando a estrutura financeira da operação de securitização, as garantias a ela agregadas, bem como a expectativa de evolução e recebimento dos recebíveis-lastro da Emissão, para a apuração de eventual provisão, são considerados adicionalmente os requisitos a seguir:

- Com relação aos devedores: será considerada a situação atual de cada crédito que lastreia a emissão, mediante classificação em (i) em dia e (ii) em atraso, classificado por número de parcelas em atraso.
- Com relação às garantias: será considerada a existência e respectiva capacidade de realização, na operação, das seguintes garantias: (i) Alienação fiduciária de imóvel; (ii) Promessa de cessão fiduciária de recebíveis; (iii) Fiança; e (iv) Fundo de reserva.
- Com relação às obrigações do Patrimônio Separado: serão considerados os valores relativos a (i) pagamentos futuros devidos aos investidores; (ii) despesas para administração da operação até seu encerramento; e (iii) custos estimados com execução das garantias.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros do Patrimônio Separado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado e/ou expectativa futura, se a Emissora, em nome do Patrimônio Separado, tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Provisões para risco

São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa - ou mesmo em função de eventuais situações que sugiram potenciais perdas futuras relacionadas à Emissão - que possa gerar uma saída de recursos e que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Não são provisionados, mas divulgados, se classificados como perda possível e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota.

Em 31 de março de 2025 o patrimônio separado não possuía processos judiciais a serem apresentados.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

Receitas e despesas é formada pelo montante de juros, deságios/ágios, atualização monetária e outras eventuais receitas acessórias (encargos moratórios, multas entre outras) auferidas as carteiras de recebíveis imobiliários

São reconhecidas quando existe evidencia convincente: (i) de que é provável que os benefícios econômicos financeiros poderão ser efetivamente auferidos, (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da receita ou despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

g) Demonstrações de valor adicionado

Em se tratando de demonstrações financeiras levantadas em Patrimônios Separados, as demonstrações do valor adicionado (DVA), não é requerida pela Resolução CVM Nº 60, de 23 de dezembro de 2021.

h) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com a Resolução CVM Nº 60, de 23 de dezembro de 2021.

i) Patrimônio separado

Como no patrimônio todos os investidores são registrados em seu passivo, inclusive a participação residual da Emissora, todo o resultado do exercício será atribuído aos investidores, a Emissora ou aos cedentes que façam jus ao resultado, desde que previsto no termo de securitização, e, por conseguinte, o Balanço Patrimonial apresentará patrimônio líquido com valor igual a zero.

Caso o patrimônio separado apresente prejuízo no exercício, tal prejuízo deve impactar os eventuais excessos de ativos reconhecidos anteriormente em favor da Emissora ou de cedentes, no passivo, até o limite destes. Caso o prejuízo supere esse valor, o montante que exceder deve ser reconhecido como uma conta redutora do valor a pagar para os investidores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

| | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Banco Conta Movimento | 44 | 122 |
| Fundos de investimento | 2.849 | 1.393 |
| Total | 2.893 | 1.515 |

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata.

5. Informações sobre os direitos creditórios - recebíveis imobiliários

a) Descrição dos direitos creditórios imobiliários

Emissão lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de Contrato de Compra e Venda, custodiados pela Oxy Companhia Hipotecária S.A. (Companhia Hipotecária Piratini – CHP em 2024); vinculados em regime fiduciário pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), sendo a 6ª Emissão da Companhia.

Os recebíveis que são objeto de lastro para as emissões, possuem as mesmas características e atualização constantes na nota explicativa nº 6.

| | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 8.899 | 11.374 |
| (+) Aquisição de direitos creditórios (i) | 7.700 | - |
| (+) Juros e atualização sobre Direitos creditórios | 977 | 1.981 |
| (-) Recebimento de direitos creditórios | (5.365) | (4.456) |
| Saldo Final | 12.211 | 8.899 |

(i) Valor nominal da aquisição dos direitos creditórios é R\$ 7.700, valor pago na cessão foi de R\$ 6.091 e o valor remanescente de R\$ 1.609 foi retido no pagamento da cessão para constituição de fundos de despesas, reserva e obra;

b) Valores vencidos e a vencer, por faixa de vencimento, incluindo os montantes a vencer com parcelas vencidas

| Créditos vinculados | | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| a. por prazo de vencimento | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
| i. até 30 dias | 498 | 152 |
| ii. de 31 a 60 dias | 572 | 102 |
| iii. de 61 a 90 dias | 607 | 200 |
| iv. de 91 a 120 dias | 5.806 | 1.921 |
| v. de 121 a 150 dias | 619 | 318 |
| vi. de 151 a 180 dias | 777 | 89 |
| vii. de 181 a 360 dias | 2.661 | 149 |
| viii. acima de 361 dias | 671 | 5.967 |
| Total | 12.211 | 8.899 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

| | | |
|----------------|---------------|--------------|
| Circulante | 11.540 | 2.932 |
| Não Circulante | 671 | 5.967 |
| Total | 12.211 | 8.899 |

c) Montante da provisão constituída e a sua movimentação durante o exercício

Na análise da Emissora, não há provisão a ser constituída em função da não ocorrência de créditos vencidos no lastro e não haver indícios ou expectativas de que o cedente possa vir a não liquidar seus compromissos.

d) Garantias relacionadas diretamente com os direitos creditórios

A emissão conta com garantia de alienação fiduciária dos imóveis e os créditos vinculados em regime fiduciário.

e) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos, incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Os procedimentos de cobrança adotados pela Emissora iniciam-se imediatamente após a verificação de eventual inadimplência dos créditos, e leva em consideração o intervalo de tempo entre a arrecadação e o fluxo previsto de pagamento de amortização e juros dos certificados, objetivando a melhor performance da liquidez do Patrimônio Separado.

f) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamentos referem-se à antecipação do pagamento dos créditos imobiliários pelos devedores da operação, por amortização extraordinária ou regaste antecipado conforme previsto no termo de securitização da operação.

Série: 1ª

| Mês | Valor | Mês | Valor |
|--------|-------|--------|-------|
| abr/24 | 77 | abr/23 | - |
| mai/24 | 26 | mai/23 | - |
| jun/24 | 124 | jun/23 | - |
| ago/24 | 227 | ago/23 | - |
| set/24 | 259 | set/23 | - |
| out/24 | 148 | out/23 | 91 |
| nov/24 | 133 | nov/23 | 91 |
| dez/24 | - | dez/23 | 18 |
| jan/25 | 143 | jan/24 | 56 |
| fev/25 | 157 | fev/24 | 79 |
| mar/25 | 231 | mar/24 | 51 |

Série: 2ª

| Mês | Valor | Mês | Valor |
|--------|-------|--------|-------|
| mar/25 | 177 | mar/24 | - |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

- g) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira, incluindo a metodologia adotada pela Emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios.

A emissora não assume a retenção de riscos e benefícios vinculados às emissões de certificados de titularidade dos investidores.

6. Informações sobre o passivo da emissão - recursos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

Referem-se a operações de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Os CRI são títulos de crédito nominativos, de livre negociação, lastreada em direitos creditórios imobiliários decorrentes de Contrato de Compra e Venda.

Os CRI emitidos sob o regime fiduciário estão lastreados por créditos imobiliários vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Emissora. O acompanhamento desses CRI é efetuado por agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

| Movimentação do CRI | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
| Saldo inicial | 8.899 | 11.374 |
| (+) Emissões | 7.700 | - |
| (+) Juros e atualização de CRI | 977 | 1.981 |
| (-) Juros pagos | (815) | (948) |
| (-) Amortizações | (4.550) | (3.508) |
| Saldo Final | 12.211 | 8.899 |

A totalidade dos títulos emitidos vinculados a este Patrimônio Separado apresenta as seguintes características:

- a) Valores relativos a cada série e às suas principais respectivas características

Série: 1ª

| | |
|----------------------------|---|
| Prazo de vencimento: | 18 meses |
| Valor da série atualizado: | R\$ 4.737 |
| Taxa de juros efetiva: | 9,75% a.a. de juros + 100% da variação do indexador |
| Indexador: | IPCA |
| Pagamento de Juros: | Mensal |
| Cronograma de amortização: | Mensal |

Série: 2ª

| | |
|----------------------------|--|
| Prazo de vencimento: | 35 meses |
| Valor da série atualizado: | R\$ 7.474 |
| Taxa de juros efetiva: | 11,50% a.a. de juros + 100% da variação do indexador |
| Indexador: | IPCA |
| Pagamento de Juros: | Mensal a partir/março de 2025 |
| Cronograma de amortização: | Mensal a partir/março de 2025 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

b) Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado

Os certificados integrantes da 1ª série referem-se à classe sênior.

c) Sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia durante o exercício

Em 29 de janeiro de 2025 foi realizada uma assembleia geral de titulares dos certificados de recebíveis do imobiliários, cujo investidores deliberaram por aprovar:

- A substituição da Canal, na qualidade de administradora do Patrimônio Separado vinculado à Emissão, pela Rock, com a assunção, por esta, de todos os direitos e obrigações da Canal nos documentos que formalizam a Emissão dos CRI, autorizando, inclusive, a celebração de todos os documentos e aditamentos que se fizerem necessários, nos termos previstos no artigo 39, IV da Resolução CVM 60, contando com a concordância, neste ato, da Canal, com efeito ex-nunc, ou seja, a partir desta data;
- Que em relação aos recursos da Conta do Patrimônio Separado Substituta, a Canal providencie as retenções, descontos e compensações necessárias ao pagamento de Despesas Recorrentes da Emissão e do Patrimônio Separado, no montante de R\$ 19.554, referentes ao mês de Janeiro/2025, bem como ao pagamento da amortização e juros remuneratórios devidos aos Titulares dos CRI, no montante de R\$ 270, no mês de Janeiro/2025. A Canal, exclusivamente com recursos do patrimônio separado, será responsável pelas despesas incorridas pela Emissão até a Data de Substituição. Após as devidas retenções previstas acima, o valor residual existente na Conta do Patrimônio Separado Substituída será transferido para a Conta do Patrimônio Separado Substituta, no prazo de até 2 (dois) dias úteis. A Rock, exclusivamente com recursos do Patrimônio Separado, será responsável pelo pagamento das demais Despesas Recorrentes;
- A Outorga pelos Titulares dos CRI e pela Cedente da mais ampla, geral, irrestrita, plena, irrevogável e irretroatável quitação em favor da Canal com relação a todos e quaisquer atos e fatos relacionados à Emissão e aos CRI até a Data de Transferência;

A autorização para que todas as despesas decorrentes da substituição da Canal bem como os registros e arquivamentos dos aditamentos aos Documentos da Operação que sejam celebrados para refletir as alterações supracitadas, incluindo o registro em cartório de títulos;

- Que qualquer outro ato celebrado, seja arcado pela Rock, com os recursos do Patrimônio Separado;
- A alteração do responsável pela Auditoria do Patrimônio Separado para a BLB Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.096.033/001-63, com remuneração no valor de R\$ 2 (dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos) por ano, líquido de impostos;
- A alteração do responsável pela Escrituração e Liquidação dos CRI para a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, com remuneração no valor de R\$ 5 (cinco mil reais) por ano pelo serviço de liquidação e R\$ 12 (doze mil reais) por ano pelo serviço de escrituração dos CRI, líquido de impostos;
- A autorização para a contratação, às expensas do Patrimônio Separado, de Daló e Tognotti Sociedade de Advogados, CNPJ/MF nº 34.712.837/0001-85, para elaborar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar e formalizar o que fora deliberado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

7. Credores diversos

| | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Fundo de Reserva | 606 | - |
| Fundo de Obras | 1.506 | - |
| Fundo de Despesa Flat | 22 | - |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 1 | 5 |
| Outros Passivos | 757 | 1507 |
| Imposto retido a recolher | 1 | 3 |
| Total | 2.893 | 1.515 |

8. Principais prestadores de serviço

Para o cumprimento das obrigações relacionadas à emissão, o Patrimônio Separado conta, como prestadores de serviços, com as empresas relacionadas a seguir, cuja forma de remuneração segue igualmente demonstrada:

| Natureza do serviço | Empresa | Remuneração | 31/03/2025 | 31/03/2024 |
|--|---|-------------|------------|------------|
| Agente Fiduciário | Vórtx DTVM | Semestral | 6 | 17 |
| Agente Custodiante | CHP | Anual | - | 10 |
| Tarifa Bancaria | Bancos | Mensal | 15 | 15 |
| Escriturador | Oliveira Trust | Semestral | 17 | 18 |
| Agente de Escrituração | Vórtx DTVM | Mensal | 43 | - |
| Prestador de Serviços de geração das DFs | Link Consultoria Contábil | Anual | 1 | 2 |
| Honorários Advocatícios | Dalo e Tognotti Sociedade de Advogados | Eventual | 66 | - |
| Gerenciamentos de Obras | Sarkis Engenharia Ltda. | Eventual | 2 | 22 |
| AGENTE CUSTODIANTE | OXY COMPANHIA HIPOTECARIA S.A. | Anual | 11 | - |
| Taxa de Gestão | CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO | Mensal | 35 | 59 |
| FEE DE SUBSTITUIÇÃO | CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO | Mensal | 63 | - |
| Serviços de Engenharia | SARKIS ENGENHARIA LTDA | Mensal | 19 | - |
| Serviços de Cobrança | CITRINO | Mensal | 1 | 2 |
| Hora Homem | CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO | Mensal | 28 | - |
| Horas Extraordinárias | Rock Securitizadora | Eventual | 13 | - |
| Fee de Estruturação | Rock Securitizadora | Eventual | 152 | - |
| Fee de Emissão | Rock Securitizadora | Mensal | 30 | - |
| Gestão | Rock Securitizadora | Mensal | 5 | - |
| Taxa de utilização Cetip | B3 | Mensal | 6 | 7 |
| Auditoria | UHY BENDORAYTES & CIA AUDITORES INDEPENDENTES/ BLB BRASIL AUDITORES | Mensal | 4 | - |
| Total | | | 517 | 152 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

9. Classificação de risco da emissão

Não foi contratada classificação de risco para esta emissão.

10. Relacionamento com os auditores independentes

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Emissora, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, dentre as quais estão consideradas as demonstrações financeiras desse Patrimônio Separado, junto à empresa BLB Brasil Auditores Independentes SP., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a Emissora observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: (a) que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; (b) que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e (c) que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos.

Em consequência, a Emissora considera que estão preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

11. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras de 31 de março de 2025, quer vinculados a situações eventualmente existentes antes ou que tenham surgido após a data de levantamento dessas demonstrações financeiras.